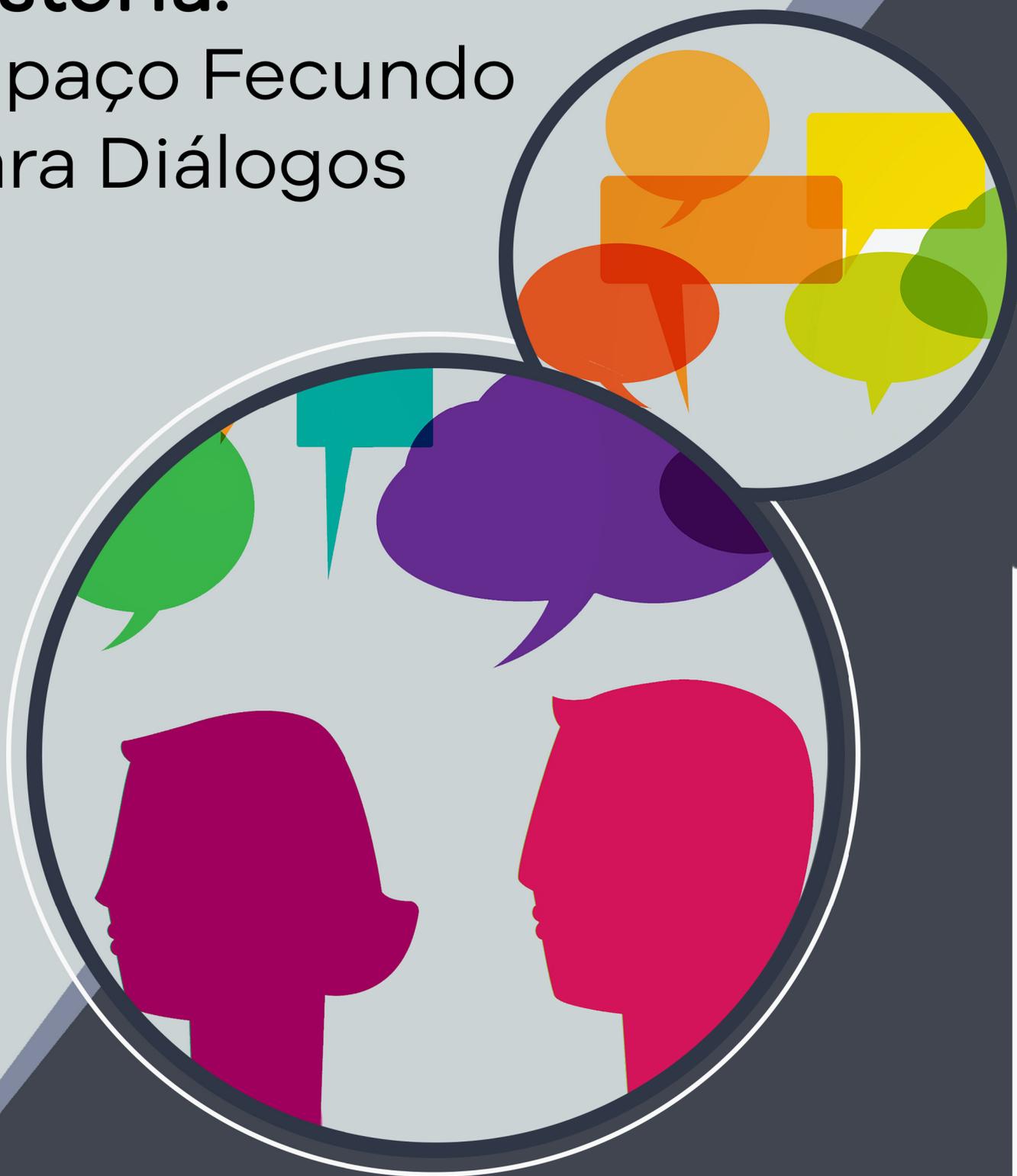


História:

Espaço Fecundo para Diálogos



Denise Pereira
Elizabeth Johansen
(Organizadoras)

Denise Pereira
Elizabeth Johansen
(Organizadoras)

História: Espaço Fecundo para Diálogos

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Geraldo Alves
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.ª Dr.ª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
H673	História [recurso eletrônico] : espaço fecundo para diálogos / Organizadoras Denise Pereira; Elizabeth Johansen. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader. Modo de acesso: World Wide Web. Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-650-8 DOI 10.22533/at.ed.508192709 1. História – Filosofia. 2. Historiografia. 3. Historiadores. I.Pereira, Denise. II. Johansen, Elizabeth. CDD 907.2
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A obra *História: espaço fecundo para diálogos* oportuniza um olhar diferenciado ao campo da História. Perguntas recorrentes anteriormente como, a História é um campo com especialidades bem demarcadas ou, ao contrário, é tão múltipla que permite infinitas possibilidades de estudo da sociedade? Que “fontes históricas” os historiadores atuais têm acesso para problematizar a vida das sociedades de diferentes épocas? Essas questões, assim como outras, norteiam as discussões historiográficas contemporâneas e se fazem presentes nos diferentes artigos desse livro.

Ao apresentar métodos, aportes teóricos, objetos de estudo privilegiados e fontes históricas utilizadas evita-se delimitar o campo, mas propicia discutir as interconexões existentes entre as diferentes pesquisas divulgadas. Ao mesmo tempo, busca esclarecer as conexões possíveis entre História com outros campos do conhecimento como Sociologia, Antropologia, Geografia, Política, Educação, Religião, Literatura, Museologia, Arquitetura e Arte.

Estudar a sociedade por essa multiplicidade de perspectivas nos leva a constatar que a História é, cada vez mais, um exercício democrático que deve continuar ocupando o centro dos debates atuais.

Esperamos que as leituras destes capítulos possam ampliar seus conhecimentos e instigar novas reflexões.

Boa leitura!

Denise Pereira
Elizabeth Johansen

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
EM DEFESA DA OPÇÃO DECOLONIAL NOS ESTUDOS ORGANIZACIONAIS: POR UM FUTURO QUE NÃO REPITA O PASSADO	
<i>Jaqueline Berdian de Oliveira</i> <i>André da Silva Pereira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5081927091	
CAPÍTULO 2	15
ENTRE A HISTÓRIA E A LITERATURA: A FRONTEIRA NO <i>CANTO GENERAL</i> DE PABLO NERUDA	
<i>Gabriel de Souza Fagundes</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5081927092	
CAPÍTULO 3	27
ENTRE CONCESSÕES E TENSÕES: A RELAÇÃO ENTRE SENHORES E ESCRAVOS EM PALMAS/PR (1860-1888)	
<i>Maria Cláudia de Oliveira Martins</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5081927093	
CAPÍTULO 4	37
DISPUTAS DA MEMÓRIA: DAS FOSSAS ARDEATINAS À BOMBA NUCLEAR	
<i>Douglas Pastrello</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5081927094	
CAPÍTULO 5	47
HISTÓRIA, PASSADO E MEMÓRIA: LEITURAS E APROXIMAÇÕES	
<i>Dehon da Silva Cavalcante</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5081927095	
CAPÍTULO 6	58
NA DISPUTA DAS MEMÓRIAS: A CARACTERIZAÇÃO DOS OBJETIVOS DA LUTA ARMADA NA MEMÓRIA DE SEUS MILITANTES (1968 – 1972)	
<i>Vinícius de Oliveira Masseroni</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5081927096	
CAPÍTULO 7	74
INTRODUÇÃO À ABORDAGEM HISTÓRICO-EDUCACIONAL	
<i>Adelcio Machado dos Santos</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5081927097	
CAPÍTULO 8	89
EDUCAÇÃO: MEMÓRIAS E HISTÓRIAS DAS EX-INTERNAS DO COLÉGIO IMACULADA CONCEIÇÃO DE MONTES CLAROS NO SÉCULO XX	
<i>Elizabete Barbosa Carneiro</i> <i>Filomena Luciene Cordeiro Reis</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5081927098	

CAPÍTULO 9	97
O SISTEMA DE PENSAMENTO NOS MANUAIS DE ENSINO DO SEMINÁRIO EPISCOPAL DE SÃO PAULO (SEC.XIX)	
<i>Patrícia Carla de Melo Martins</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5081927099	
CAPÍTULO 10	108
O ENTRELUGAR DO CAMPO ESTÉTICO MODA-ARTE: UM CONCEITO CONSTRUÍDO HISTORICAMENTE	
<i>Camila Carmona Dias</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50819270910	
CAPÍTULO 11	120
PATRIMÔNIOS RECONFIGURADOS: INTERVENÇÕES CONTEMPORÂNEAS EM EDIFÍCIOS HISTÓRICOS	
<i>Gerson Luís Trombetta</i> <i>Monique Villani</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50819270911	
CAPÍTULO 12	132
UM MUSEU EM DESENVOLVIMENTO: A EXPERIÊNCIA DO CENTRO CULTURAL CASTROLANDA – CASTRO (PR)	
<i>Maurício da Silva Selau</i> <i>João Paulo Corrêa</i> <i>Samara Hevelize Lima</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50819270912	
CAPÍTULO 13	145
MUSEU MUNICIPAL DE TRÊS ARROIOS A NARRATIVA DA HISTÓRIA NA EXPOSIÇÃO DE LONGA DURAÇÃO	
<i>Maurício da Silva Selau</i> <i>João Paulo Corrêa</i> <i>Fabíola Pezenatto</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50819270913	
CAPÍTULO 14	157
REGISTROS FOTOGRÁFICOS DA HISTÓRIA DA MEDICINA	
<i>Ana Cláudia de Araújo Santos</i> <i>Daiane Silva Carvalho</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50819270914	
CAPÍTULO 15	170
PROCESSOS CRIMES DE INFANTICÍDIO: DISPUTA PELA VERDADE, PODER E SUJEITOS	
<i>Paula Ribeiro Ciochetto</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50819270915	

CAPÍTULO 16	180
A PRODUÇÃO DE VERDADES EM PROCESSOS CRIMINAIS DE VIOLÊNCIA CONTRA A VIDA: MALLETT-PR 1913 A 1945	
<i>Júlio César Franco</i>	
<i>Hélio Sochodolak</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50819270916	
CAPÍTULO 17	200
RIQUEZA E SOCIEDADE NA COMARCA DE ARACAJU: UM ESTUDO SOBRE A DINÂMICA SOCIAL DA PRIMEIRA ELITE ARACAJUANA (1855-1889)	
<i>Bruna Morrana dos Santos</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50819270917	
CAPÍTULO 18	211
SENSIBILIDADES DE UM ESPAÇO: SER UMA PRINCESA NA MODERNIZAÇÃO REPUBLICANA – FEIRA DE SANTANA 1940 A 1950	
<i>Cristiane Lima Santos Rocha</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50819270918	
CAPÍTULO 19	219
TRAFICO DE ESCRAVOS E FORMAÇÃO FAMILIAR NO TERMO DE SANTO ANTÔNIO DA BARRA – BA (1860-1888)	
<i>Célio Augusto de Oliveira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50819270919	
CAPÍTULO 20	228
ALGUMAS CONTRIBUIÇÕES HISTÓRICAS PARA O COMPLEXO TERRENO EVANGÉLICO BRASILEIRO	
<i>Maralice Maschio</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50819270920	
CAPÍTULO 21	241
“DITADURA NO AR”: UMA VISÃO SOBRE A DITADURA CIVIL MILITAR	
<i>Lucas Marques Vilhena Motta</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50819270921	
CAPÍTULO 22	254
A PROVÍNCIA EM PRINCÍPIO, A FRONTEIRA POR MEIO E O IMPÉRIO POR FIM: NETO E CANABARRO NA GUERRA DO PARAGUAI (1864-1865)	
<i>Cesar Augusto Barcellos Guazzelli</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50819270922	
CAPÍTULO 23	265
ANÁLISE ICONOGRÁFICA DAS AÇÕES CIVICO-SOCIAIS DO EXÉRCITO NA FRONTEIRA BRASIL/ARGENTINA NA DÉCADA DE 1970	
<i>Ronaldo Zatta</i>	
<i>Ismael Antônio Vannini</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50819270923	

CAPÍTULO 24	276
AS DOZE QUESTÕES FUNDAMENTAIS DE KARL DEUTSCH E AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS ENTRE IRÃ E EUA APÓS A REVOLUÇÃO IRANIANA DE 1979	
<i>David Anderson Zanoni</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50819270924	
CAPÍTULO 25	291
CONTEXTO POLÍTICO JURÍDICO BRASILEIRO DA IMPLEMENTAÇÃO DOS ASSENTAMENTOS NA FAZENDA ANNONI	
<i>Simone Lopes Dickel</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50819270925	
CAPÍTULO 26	308
DISPUTAS POLÍTICAS NA PRIMEIRA REPÚBLICA BRASILEIRA: A CHEFIA DE ARTHUR BERNARDES NO <i>CIDADE DA VIÇOSA</i>	
<i>Natália Fraga de Oliveira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50819270926	
CAPÍTULO 27	318
CRIANÇA INDÍGENA NO BRASIL: O ESTADO DO CONHECIMENTO DA PRODUÇÃO ACADÊMICA NACIONAL	
<i>Epaminondas Reis Alves</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50819270927	
CAPÍTULO 28	326
A CAPOEIRA NOS SÉCULOS XIX E XX: DO PODER DISCIPLINAR AO SURGIMENTO DA SOCIEDADE REGULADORA	
<i>Jonatan dos Santos Silva</i> <i>Felipe Eduardo Ferreira Marta</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50819270928	
CAPÍTULO 29	337
A HISTÓRIA POLÍTICA APÓS 30 ANOS DA PUBLICAÇÃO ORGANIZADA POR RENÉ RÉMOND: POSSIBILIDADES ATUAIS DE PESQUISA TENDO COMO OBJETOS GETÚLIO VARGAS E LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA	
<i>Gabriel da Silva Ferreira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50819270929	
CAPÍTULO 30	349
A ELITE POLÍTICA DA BAHIA NO SÉCULO XIX: OS MEMBROS DO CONSELHO GERAL DE PROVÍNCIA (1828-1834)	
<i>Nora de Cassia Gomes de Oliveira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50819270930	

CAPÍTULO 31	364
A ESTRUTURA FÍSICA DOS CENTROS DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO – CASES COMO INSTRUMENTO DAS (IM) POSSIBILIDADES DE FAVORECIMENTO DE MOBILIDADE DO DESENVOLVIMENTO PESSOAL E SOCIAL DOS ADOLESCENTES E JOVENS PRIVADOS DE LIBERDADE NO ESTADO DE PERNAMBUCO	
<i>Maria Lucia Cavalcante</i>	
<i>Maria da Conceição Barros Costa Lima</i>	
<i>Laís Cavalcanti de Sá Nogueira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50819270931	
CAPÍTULO 32	373
A FERRO E FOGO: SIMBOLOGIA NA MARCAÇÃO DO GADO NOS CAMPOS DE PALMAS: 1887 – 1938	
<i>Fabiana Mathias Roncatto</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50819270932	
CAPÍTULO 33	384
A REINVENÇÃO DA NATUREZA: OS IMPACTOS DA INDÚSTRIA SUCROALCOOLEIRA EM GOIÁS	
<i>Rodrigo Jurucê Mattos Gonçalves</i>	
<i>Rayza Correa Alves Gonçalves</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50819270933	
CAPÍTULO 34	393
A IMPORTÂNCIA DO MUSEU ARQUEOLÓGICO E HISTÓRICO DE COXIM – MS COMO LINGUAGEM PEDAGÓGICA PARA O ENSINO DA HISTÓRIA LOCAL	
<i>Rosana Carla Gonçalves Gomes Cintra</i>	
<i>Douglas Proença de Santana</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50819270934	
SOBRE AS ORGANIZADORAS.....	403
ÍNDICE REMISSIVO	404

A ELITE POLÍTICA DA BAHIA NO SÉCULO XIX: OS MEMBROS DO CONSELHO GERAL DE PROVÍNCIA (1828-1834)

Nora de Cassia Gomes de Oliveira

Universidade do Estado da Bahia (UNEB-
Campus V)

Santo Antonio de Jesus - Bahia

RESUMO: Durante os seis anos em que O Conselho Geral da Província da Bahia esteve em atividade, de 1828 até 1834, por ele passaram 47 conselheiros entre efetivos e suplentes, que tiveram a oportunidade de conhecer e decidir sobre assuntos e lugares que estavam a cargo das câmaras municipais. Nesse artigo pretendemos apresentar quem foram esses membros da elite política da Bahia, que se destacaram no conjunto da sociedade e ocuparam espaços de poder que lhes permitiram o aprendizado e o exercício da política. E ainda, discutir como os estudos sobre esse espaço ampliaram o conhecimento sobre o Brasil do século XIX, em diferentes níveis de organização do Estado, e contemplaram um momento da história da Bahia ainda lacunar, qual seja, o período entre o pós-independência e a Regência.

PALAVRAS-CHAVE: Elites políticas, Conselho Geral de Província, Bahia.

THE POLITICAL ELITE OF BAHIA IN THE
19TH CENTURY: THE MEMBERS OF THE
GENERAL COUNCIL OF THE PROVINCE
(1828-1834)

ABSTRACT: During the six years in which the General Council of the Province of Bahia was active, from 1828 to 1834, there were 47 councilors (including (regulars and substitutes) who had the opportunity to learn and decide about the topics and places in the charge of the municipal councils. In this article we intend to examine these members of the political elite of Bahia who stood out from the whole of society and occupied spaces of power that allowed them to learn and practice politics. Further, we discuss how studies of this space expand our knowledge of 19th century Brazil, at different levels of state organization, and contemplate a little-known moment in the history of Bahia -- the period between post-independency and the regency.

KEYWORDS: Political elites, the General Council of the Province, Bahia, Empire.

1 | INTRODUÇÃO

Os estudos sobre os Conselhos Provinciais – Conselho de Governo e Conselho Geral de Província- tem permitido ampliar as discussões sobre a participação das províncias na construção do Estado Nacional e colocar em evidência outros espaços de poder que não sejam as Câmaras Municipais ou as Assembleias Provinciais.

Esses Conselhos foram instituídos em tempos e legislações diferentes e têm especificidades de composição, atribuições e atuação política distintas. Sua organização e funcionamento garantiram às elites políticas das províncias a possibilidade de interferir em decisões de âmbito provincial e, mais tarde, chamar para si a responsabilidade de tomar as próprias decisões de forma autônoma e independente, guardados os limites definidos na legislação.

O Conselho de Governo -CG- foi instituído pela Lei de 20 de outubro de 1823, portanto, antes da aprovação da Constituição de 1824. Era um órgão consultivo do presidente da província e, por isso mesmo, também referenciado como Conselho da Presidência. O outro era o Conselho Geral da Província ou Conselho Provincial-CGP-, definido na Constituição de 1824, com regulamento próprio e independente do presidente da província e que, a partir do Ato Adicional de 1834, daria origem às Assembleias Provinciais. Essa distinção é importante porque, não raras vezes, essas instituições são referenciadas de forma que dá margem a alguma confusão.

Essas novas instituições constituíram-se como espaços ocupados pelas elites políticas que atuaram para garantir a unidade territorial e a centralização do Estado, porém sem abrir mão de seus interesses e da condição de intervir nos assuntos das províncias. O estudo do Conselho Geral da Província da Bahia permite conhecer um pouco mais o interior da província e, através da atuação de seus representantes, entender as decisões em relação às posturas, prestações de contas, pareceres e representações. Por isso, entendemos que o CGP se constitui como um espaço político importante e que possibilita, através do estudo da composição dos seus membros e de suas decisões políticas, ampliar o conhecimento sobre as elites políticas baianas que atuaram no Primeiro Reinado e na Regência.

Sabemos que o uso do termo elite é polêmico e criticado por sua imprecisão conceitual. Mas, parece-nos apropriado para o estudo de um grupo social restrito, que se destacou do conjunto da sociedade e ocupou espaços de poder que lhe permitiu o aprendizado e o exercício da política, credenciando-o para ocupar outras instâncias além da esfera local, representada pelas Câmaras Municipais (STONE, 2011; CARVALHO, 2009).

O caminho escolhido para conhecer essa elite foi a construção da biografia coletiva. Essa metodologia é adequada para o estudo de um grupo de sujeitos históricos perfeitamente identificáveis e bem documentados, relativamente pequeno, com atuação delimitada entre os anos de 1828 a 1834, durante a vigência do Conselho Geral (STONE, 2011; BURKE, 1991). A partir da definição de elementos comuns, como o local de nascimento e origem familiar, as relações sociais e políticas estabelecidas, considerando a participação em instituições e cargos ocupados nas vilas e nas várias esferas de governo, o tamanho e origem da riqueza individual e a formação educacional, pudemos entender o lugar social e a atuação política desses representantes, no contexto da Bahia, no início do século XIX.

Na ocasião da ruptura com o Estado português, parte da elite baiana aqui

apresentada vivenciou o momento de organizar e comandar as forças armadas locais para expulsar o inimigo, e participou das primeiras iniciativas embrionárias de um governo, primeiro com o Conselho Interino, depois com as Juntas de Governo, capaz de manter a unidade territorial, e comprometida com a construção de um novo Estado. Esses sujeitos não constituem a totalidade daqueles que estiveram na posição de decidir politicamente, uma vez que muitas de suas deliberações necessitavam da aprovação de instâncias superiores, como a Assembleia Geral ou mesmo o Governo central, mas se apresentam como uma amostra significativa na medida em que ocuparam, também, às vezes, concomitantemente, vários cargos políticos, instituídos antes e após a independência.

A presença repetida nos lugares de poder indica que esses homens se empenharam no fortalecimento das instituições que representavam poder e prestígio para aqueles poucos que as ocupavam. Certamente, dentre as instâncias políticas, o Conselho Geral de Província se apresentava como uma esfera capaz de congregar uma representação provincial, pelo menos em tese, mais ampla do que outras instituições. Até o funcionamento do Conselho Geral de Província, em 1828, as principais instituições de representação política eram as Câmaras, em nível municipal, com a variação de 5 a 7 vereadores; o Conselho de Governo, em nível provincial, com 6 membros; a Assembleia Geral e o Senado, em nível nacional, com 100 deputados e 49 senadores. A Bahia possuía 13 deputados e 6 senadores. (CASTRO, 1984, SOUSA, 2013, OLIVEIRA, 2017). Além disso, o CGP se constituiu como espaço de experiência política capaz de projetar seus membros para atuação em esferas de caráter nacional, assim como fortalecer o poder nas províncias. Por isso, o elegemos como *locus* privilegiado para a elaboração do perfil de um grupo, cuja maioria de seus membros esteve engajada no processo de ruptura com o governo português e se manteve comprometido e atuante na construção de novo Estado que garantisse às províncias espaço de atuação.

O CGP era composto por 21 representantes, mas durante sua vigência, de 1828 a 1834, tomaram assento 47 Conselheiros, entre efetivos e suplentes, conforme apresentamos no quadro 1.

Nº	Condição eleitoral	CONSELHEIRO	1ª sessão 1828-29	2ª sessão fev. a maio 1830	3ª sessão nov. a fev. 1830 - 1831	4ª sessão nov. a fev. 1831-32	5ª sessão nov. a fev. 1832-33	6ª sessão nov. a fev. 1833-1834
1	Supl.	Antonio Augusto da Silva		x				
2	Efet.	Antonio Calmon Du Pin de Almeida	x	x				
3	Supl.	Antonio Pacheco de Almeida Ceslau		x				
4	Efet.	Antonio Pereira Rebouças			x	x		
5	Supl.	Antonio Policarpo Cabral		x	x Efet.	x Efet.	x Efet.	x Efet.

6	Supl.	Antonio da Silva Teles		x				
7	Supl.	Antonio Teixeira de Freitas Barbosa	x	x				
8	Efet.	Antonio Vaz de Carvalho	x	x				
9	Supl.	Bento de Araújo Vilas Boas		x				
10	Efet.	Cristovão Pessoa da Silva			x	x	x	x
11	Supl.	Felipe Manuel de Castro			x	x	x	x
12	Efet.	Francisco Antonio de Souza Uzel	x		x	x	x	
13	Efet.	Francisco Elesbão Pires de Carvalho e Albuquerque		x				
14	Efet.	Francisco José Lisboa	x	x				
15	Supl.	Francisco Marcelino Gesteira			x	x	x	x
16	Efet.	Francisco Ribeiro Pessoa				x	x	
17	Efet.	Francisco de Paula Araujo e Almeida			x	x	x	
18	Supl.	Honorato José de Barros Paim						x
19	Efet.	Inocência Jose de Castro			x			
20	Supl.	Inocência José Galvão			x	x	x	x
21	Supl.	Joaquim Carneiro de Campos				x	x	x
22	Efet.	Joaquim Inácio da Silva Pereira			x	x	x	x
23	Efet.	Joaquim Inácio Siqueira Bulcão	x					
24	Efet.	Joaquim José Pinheiro Vasconcelos	x			x		
25	Efet.	João Carneiro da Silva Rego	x	x	x		x	x
26	Supl.	João Duarte da Silva Uzel (Pe.)		x	x Efet.	x Efet.	x Efet.	x Efet.
27	Supl.	João Francisco de Oliveira e Almeida			x	x	x	
28	Efet.	João Gonçalves Cezimbra			x			
29	Efet.	João Ladislau de Figueiredo e Melo	x	x	x	x		
30	Supl.	João Quirino Gomes (Pe.)				x	x	x
31	Efet.	João Ricardo da Costa Dormund	x	x				
32	Supl.	José de Barros Reis			x	x	x	x
33	Efet.	José Cardoso Pereira de Melo (Pe.)		x				
34	Supl.	José Joaquim Moniz Barreto de Aragão e Menezes		x				
35	Supl.	José Maria Brayner (Pe.)				x	x Efet.	
36	Efet.	José Ribeiro Soares da Rocha (Pe)	x	x	x		x	x
37	Supl.	José Rodrigues de Figueredo				x	x	
38	Efet.	Justino Nunes Sento Sé			x			
39	Supl.	Lázaro Manuel Muniz de Medeiros		x				
40	Efet.	Lourenço da Silva Magalhães Cardoso (Pe)	x	x	x	x	x	x
41	Efet.	Luis dos Santos Lima			x			
43	Supl.	Manuel Gonçalves Maia Bitencourt	x	x				
44	Efet.	Manuel José Gonçalves Pereira (Pe)			x			
45	Efet.	Pedro Ferreira Bandeira	x	x				
46	Supl.	Simão Gomes Ferreira Veloso						x
47	Efet.	Vicente Ferreira de Oliveira (Pe)	x	x	x	x		

QUADRO 1 - PRESENÇA DOS MEMBROS DO CONSELHO GERAL DA PROVÍNCIA DA BAHIA, NAS SESSÕES. 1828-1834.

Fonte: CASTRO, Renato Berbet de. - *História do Conselho Geral da Província da Bahia*, 1824- 1834. Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 1984; BULCÃO SOBRINHO, Antonio de Araujo de Aragão. Conselho Geral de Província. *Revista do Instituto Genealógico da Bahia*. Salvador, Bahia, 1954, Ano 9, Nº 9, p.113-146. Arquivo Público do Estado da Bahia. Seção Legislativa. Fundo: Conselho Geral da Província. Série: Atas das Sessões. Livros: 197, 198,199, 200, 201, 203, e 204.

Efet. – efetivo **Supl.** - suplente.

Esses componentes formavam um conjunto heterogêneo, mas com diversos elementos comuns. Eram proprietários de terras, grandes comerciantes, militares, funcionários públicos, clérigos, advogados e médicos que partilharam experiências políticas antes e depois da independência do Brasil. Muitos deles traziam do período colonial seu prestígio econômico e social ao se destacarem como importantes proprietários de terras destinadas à lavoura e à criação de gado, vinculados ao abastecimento interno e à exportação. Essa condição dava a projeção necessária para se fortalecerem junto ao governo colonial e ocuparem vários cargos na administração local. Outros garantiram seu prestígio através de formação especializada; e outros, se destacavam pelos serviços prestados, em especial aqueles ligados à defesa das terras, como os militares, ou como os clérigos, responsáveis pelos serviços religiosos, mas sob a orientação do Estado. Muitas das vezes acumulavam mais de uma das condições acima apontadas.

Os conselheiros provinciais foram identificados através das Atas eleitorais e das Atas do Conselho Geral que permitiram acompanhar as suas presenças às reuniões. Os dados pessoais foram reunidos a partir da documentação relacionada à atuação dos Conselheiros na província e dos trabalhos de genealogia dos “ilustres baianos”. Diante dos limites definidos para essa publicação, daremos ênfase ao processo de formação educacional dos conselheiros, suas atividades profissionais e representação política.

2 | OS CONSELHEIROS: A ELITE POLÍTICA BAIANA

Entre esses 47 conselheiros, 14 tinham curso superior, ou seja, aproximadamente 29,7% dos até aqui identificados. A formação em curso superior foi valorizada como um critério de distinção na sociedade brasileira, do século XIX. Frequentar a universidade era privilégio para poucos. No Brasil, o estabelecimento das universidades se deu de forma tardia se comparada com o resto da América Latina. Diferentemente do governo espanhol, a coroa portuguesa não permitiu o estabelecimento de universidades em sua colônia americana. Enquanto a Espanha autorizou o ensino superior desde o início da colonização, no Brasil isso só aconteceu depois da presença da corte portuguesa em terras americanas, a partir de 1808, quando se instalaram as escolas de medicina, e em 1827, as escolas de Direito. (CARVALHO, 1980)

A Universidade de Coimbra foi a instituição mais frequentada entre os futuros conselheiros e a opção predominante foi pelo curso de Direito. Esse curso, tradicionalmente, foi o escolhido por aqueles que tinham pretensões de ingressar no serviço real. A preferência era pelo Direito canônico, pois habilitava tanto para a burocracia civil como para a eclesiástica (SCHWARTZ, 2011). Para os nossos conselheiros, não foi possível identificar o título acadêmico, se em direito civil (Leis) ou canônico (Cânones) mas, de acordo com a relação dos estudantes brasileiros em

Coimbra, sete deles se matricularam e, tudo indica, formaram-se em Direito no início do século XIX, nessa universidade. (MORAIS, 1940.). Foram eles Antonio da Silva Teles (1801), Joaquim José Pinheiro de Vasconcelos (1813), João Ricardo da Costa Dormund (1815), Honorato José de Barros Paim (1816), Antonio Calmon Du Pin de Almeida (1817), Antonio Vaz de Carvalho (1819), Francisco José Lisboa (1820).

Na relação mencionada, Antonio Augusto da Silva aparece como matriculado no curso de Filosofia, em 1792, mas quando pleiteou o cargo de Juiz de Fora ou dos Órfãos da cidade da Bahia, anexou aos documentos a certidão que atesta a Leitura de Direito Civil, que fez no Tribunal do Desembargo do Passo, em Lisboa, em 1º de julho de 1796. Esse dado também aparece na genealogia da família, onde consta que tornou-se bacharel em Leis, pela Universidade de Coimbra, em 1795. Para Luis dos Santos Lima, consta que colou grau de doutor em Ciências Jurídicas e Sociais, na Universidade de Coimbra.

A ascensão na carreira jurídica e algumas características profissionais podem ser identificadas a partir da nomeação desses Conselheiros para o quadro de desembargadores da Relação da Bahia. Entre os nove conselheiros que fizeram o curso de Direito, oito deles ocuparam um lugar nesse tribunal. Nessa instituição, atuaram na mesma época seis Conselheiros. Antonio Augusto da Silva, que havia sido nomeado como desembargador, para servir na Relação da Bahia, em 13 de maio de 1821, foi confirmado no lugar, em 1828. Foi também desembargador da Casa de Suplicação da Bahia, em 1826 e Desembargador dos Agravos, em 1829. Em 13 de novembro de 1828, o Conselheiro da Relação, Eusébio de Queiroz Coutinho da Silva, acusou o recebimento das cartas imperiais designando João Ricardo da Costa Dormund, Joaquim José Pinheiro de Vasconcelos, Antonio Calmon Du Pin e Almeida, que pertenciam a Relação de Pernambuco, para o exercício no Tribunal da Relação da Bahia. Nessa nomeação consta o nome do desembargador Honorato José de Barros Paim, mas ele não aparece na *Relação dos magistrados e mais pessoas empregadas nas Justiças, com assento na folha respectiva, e dos seus respectivos vencimentos*, de 20 de dezembro de 1828, encaminhada ao presidente da província, Visconde de Camamu, por Emiliano Faustino Lino. Possivelmente, ele não tinha tomado assento visto estar ainda no Maranhão, onde atuava como desembargador, em maio de 1827.

A formação em medicina foi a opção de Antonio Policarpo Cabral, Francisco de Paula Araujo e Almeida e Francisco Marcelino Gesteira. Esses três médicos representavam 12,7% do Conselho Geral. Os dois últimos iniciaram seus estudos médicos no Colégio Médico cirúrgico da Bahia, depois da reforma de 1815. Ambos formaram-se como cirurgião em 1820 e também fizeram o curso de medicina. Araujo e Almeida estudou na Universidade de Bolonha e Francisco Marcelino Gesteira, segundo memória publicada pela Escola de Medicina, se diplomou em universidade europeia, mas sem identificação (OLIVEIRA, 1942, TEIXEIRA, 2001). Aparece no *Almanach* de 1845 como doutor em medicina, o que indica a formação em nível superior. Ambos exerceram o prestigiado cargo de secretário do Colégio Médico cirúrgico, Araujo

e Almeida no período de 1825 a 1826, e Gesteira de 1826-29 (JACOBINA, 2013). Antonio Policarpo Cabral formou-se em Coimbra, em 1817.

Eles também exerceram a função de professor. Os dois primeiros começaram no magistério como professores substitutos no Colégio Médico Cirúrgico da Bahia. Por Carta Régia, de 2 de julho de 1824, Araujo de Almeida foi nomeado lente substituto da Cadeira Cirúrgica, com salário de 300 mil réis anual. Em 3 de julho de 1829, assumiu a cadeira de Química, depois de ter passado pela de Matéria Médica e Farmácia. Foi diretor do Colégio médico-cirúrgico da Bahia de 1836 até 1844.

Antonio Policarpo Cabral, durante a guerra de independência, na Bahia, foi nomeado pelo então comandante do Exército, o coronel José Joaquim de Lima e Silva, o primeiro médico do Exército e inspetor-geral dos hospitais (TAVARES, 2005). Em 22 de abril de 1825 era Delegado da Provedoria Mor da Saúde e em 1827, junto com Francisco Paula de Araujo e Almeida, atuou como médico do Hospital Militar da Bahia. Em 14 de julho de 1829, solicitou ser nomeado como lente substituto para o Colégio Médico-cirurgico da Bahia. É possível que tenha logrado êxito, e essa experiência o credenciou, tempos depois, para professor da Faculdade de Medicina. Submeteu-se ao primeiro concurso da Faculdade, para a cadeira de Química, em 1831. Seu nome aparece no *Almanach da Bahia* como membro dessa instituição, para o ano de 1845, na cadeira de Clínica interna. Do quadro dessa instituição, fez parte, também, o doutor Francisco Marcelino Gesteira, que ocupou a cadeira de professor do 5º ano. O nome dos três médicos consta da relação de professores da Escola Médico-cirurgico e da Faculdade de Medicina da Bahia (TEIXEIRA, 2001).

Outro segmento que pudemos identificar a formação em nível superior foi o eclesiástico. Entre os conselheiros havia nove padres, o equivalente a 19,1% dos membros do CGP. Entre eles, três se formaram em Coimbra. Cursaram bacharelado em Filosofia, Lourenço da Silva Magalhães Cardoso (1797), José Cardoso Pereira de Melo e José Ribeiro Soares da Rocha, que também fez Matemática (1799) (SILVA, 2000). Vicente Ferreira de Oliveira aparece na lista dos estudantes de Coimbra; entre os períodos de 1805-1820, mas sem identificação do curso. Para Manoel José Gonçalves Pereira, João Quirino Gomes, José Maria Brayner, João Duarte Silva Uzel e Antonio Pacheco da Silva Ceslau, não identificamos a formação.

O curso em nível superior, além de garantir uma profissão específica, habilitava para outras funções compatíveis com a formação. Além dos conselheiros médicos, os padres também desempenharam uma segunda profissão: a de professor. Dentre eles, quatro exerceram a atividade de professor em Salvador. Foram eles: Antonio Pacheco da Silva Ceslau, professor público de Gramática Latina, José Ribeiro Soares Rocha, professor de Retórica, José Cardoso Pereira de Melo professor de Filosofia Racional e Moral e posteriormente de Geometria, e o padre João Quirino Gomes que assumiu as aulas de Filosofia.

De acordo com os dados demonstrados pode-se concluir que 16 conselheiros, ou 40,3% do total possuíam formação superior, capaz de habilitá-los para exercício

de funções especializadas junto ao Estado ou a ele subordinado. Nos cargos vinculados ao setor judiciário, atuou a maioria deles. Para isso, concorreu a formação em Direito. Mas não era de menor importância a formação em medicina em uma província de grandes dimensões territoriais como a Bahia, onde a carência desse profissional foi constantemente assinalada pelas correspondências das Câmaras municipais encaminhadas ao governo provincial. A formação superior dos padres também repercutiu em suas atividades. Além de credenciá-los dentro das instituições religiosas, eram habilitados para o exercício do magistério. No entanto, não pudemos confirmar essa formação para todos os membros desse segmento, o que coloca a possibilidade de aumento de percentual dos membros do CGP com maior qualificação.

O fato de não possuírem ou não conhecermos a formação educacional dos demais conselheiros, não impediu que identificássemos suas atividades profissionais. Além dos advogados, médicos e padres/professores, encontramos a presença de funcionários públicos, comerciantes e militares, conforme demonstramos no quadro 2.

Outros seis conselheiros estiveram vinculados a repartições públicas: Cristovão Pessoa da Silva, Lázaro Manuel Muniz de Medeiros, Felipe Manuel de Castro e Inocêncio José de Castro. Eles trabalharam no Tribunal da Junta da Fazenda, antes mesmo da independência. Representavam 12,7% do total dos conselheiros.

Os Conselheiros identificados como comerciantes também desempenhavam outras atividades. Alguns eram proprietários de terras ou ocupavam cargos no Estado. Corresponderam a 10,6 % dos componentes do CGP. Antonio Vaz de Carvalho talvez seja um dos exemplos mais completos dessa condição. Ele está no livro de registro dos engenhos da província, onde aparece como dono do engenho Conceição de Itapagipe e do Santa Bárbara das Pindas. Foi Juiz de Fora; em Cachoeira e fez parte da Relação da Bahia, como apontado anteriormente. Junto com Francisco José Lisboa, aparece como membro do corpo de comércio da Bahia. A condição de abastados comerciantes valeu a ambos o reconhecimento da Corte quando, em 3 de maio de 1819, por retribuição “a franqueza com que se prestam com seus cabedais para tudo quanto é do Serviço Real”, receberam a mercê da comenda da Ordem de Cristo, em suas vidas.

As patentes militares identificaram sete dos conselheiros. Porém, essa titulação está associada à condição de grandes proprietários de terras, e podemos considerar como mais um indicador da influência ou prestígio que desfrutavam nos termos das vilas e cidade onde possuíam suas propriedades. Não era raro que a condição de militares e proprietários de terras ou grande comerciante fosse ocupada pelos mesmos indivíduos, uma vez que, desde o período colonial, a defesa e manutenção da ordem em terra foram delegadas pela Coroa aos proprietários (URICOECHEA, 1978).

Certamente, essas credenciais estão associadas também ao comando provisório que tiveram das forças armadas, no enfrentamento com os lusitanos, na guerra de independência. Elas estão registradas nas listas eleitorais, nos documentos entre as

autoridades provinciais e nos trabalhos de genealogia. No entanto, não identificamos nenhuma situação que indique que a carreira militar fosse a atividade principal ou formação específica dos conselheiros. Por isso, não vamos considerá-las como indicador de atividade profissional mas não podemos ignorá-las, na medida em que são reveladoras do prestígio e poder de que desfrutavam seus possuidores. Corresponderam a 14,9% da totalidade dos conselheiros.

CONSELHEIRO	Prop.	Comer- ciante	A d v o - gado	Médico	Militar	Prof.	Padre	Func. Publ.	S e m inf.
Antonio Augusto da Silva			x						
Antonio Calmon Du Pin de Almeida			x						
Antonio Pacheco de Almeida Ceslau						x	x		
Antonio Pereira Rebouças			x						
Antonio Policarpo Cabral				x		x			
Antonio da Silva Teles			x						
Antonio Teixeira de Freitas Barbosa		x							
Antonio Vaz de Carvalho	x	x	x						
Bento de Araújo Vilas Boas	x				x				
Cristovão Pessoa da Silva								x	
Felipe Manuel de Castro								x	
Francisco Antonio de Souza Uzel									x
Francisco Elesbão Pires de Carvalho e Albuquerque					x				
Francisco José Lisboa		x	x						
Francisco Marcelino Gesteira				x		x			
Francisco Ribeiro Pessoa									x
Francisco de Paula Araujo e Almeida				x		x			
Honorato José de Barros Paim			x						
Inocência Jose de Castro								x	
Inocência José Galvão	x								
Joaquim Carneiro de Campos		x						x	
Joaquim Inácio da Silva Pereira								x	
Joaquim Inácio Siqueira Bulcão	x								
Joaquim José Pinheiro Vasconcelos					x				
João Carneiro da Silva Rego									x
João Duarte da Silva Uzel (Pe.)							x		

CONSELHEIRO	Prop.	Comer- ciante	A d v o - gado	Médico	Militar	Prof.	Padre	Func. Publ.	S e m inf.
João Francisco de Oliveira e Almeida									x
João Gonçalves Cezimbra		x							
João Ladislau de Figueiredo e Melo	x								
João Quirino Gomes (Pe.)						x	x		
João Ricardo da Costa Dormund			x						
José de Barros Reis								x	
José Cardoso Pereira de Melo (Pe.)						x	x		
José Joaquim Moniz Barreto de Aragão e Menezes	x				x				
José Maria Brayner (Pe.)							x		
José Ribeiro Soares da Rocha (Pe)						x	x		
José Rodrigues de Figueredo									x
Justino Nunes Sento Sé									x
Lázaro Manuel Muniz de Medeiros								x	
Lourenço da Silva Magalhães Cardoso (Pe)							x		
Luis dos Santos Lima			x						
Manuel Gonçalves Maia Bitencourt									x
Manuel José Gonçalves Pereira (Pe)							x		
Pedro Ferreira Bandeira	x								
Simão Gomes Ferreira Veloso	x				x				
Vicente Ferreira de Oliveira (Pe)							x		
Total	8	5	9	3	5	7	9	7	7
%	17%	10,6	19,1%	6,3%	10,6%	14,8%	19,15	12,7%	12,7%

Quadro 2 - Distribuição dos Conselheiros de Província por atividade ocupacional

Fontes: *Almanach para a cidade da Bahia, ano 1812.* Tipografia de Manoel Antonio da Silva Serva. Conselho Estadual de Cultura/ Secretaria de Educação e Cultura, 1973. Edição fac-similar. *Almanach civil, político e comercial da cidade da Bahia para o ano de 1845.* Salvador, 1998. Edição fac-similar. *Almanak administrativo, comercial e industrial da província da Bahia para o ano de 1873.* Ano 1, Bahia, Tipografia de Oliveira Mendes & C. 1872. P. 7-22. MORAIS, Francisco de. *Estudantes Brasileiros na Universidade de Coimbra (1772-1872)* Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, vol. 62, 1940. BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Diccionario Bibliographico Brasileiro.* Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1895. V. III. SIRIANNI, Victor. *Vultos Ilustres. Revista do Instituto Genealógico da Bahia*, N.17, Edição comemorativa dos 25 anos da fundação. Salvador, Bahia, 1971. P.111-125 SOBRINHO, J. F. Velho. *Diccionario bio-bibliografico brasileiro.* Rio de Janeiro: Pongetti, 1937. v 1; Salvador, Arquivo Público do Estado da Bahia Livro de Matrícula dos Engenheiros da Capitania da Bahia pelos Dízimos Reais Administrado pela Junta da Fazenda Real, 1807. Livro 632. Seção Colonial/ Provincial. Documento Microfilmado.

Durante o período do nosso estudo, podemos dizer que a elite política baiana era restrita e, por isso, parte de seus membros ocuparam, em períodos alternados ou concomitantemente, vários cargos de representação política. Antes de assumirem o lugar de membros do Conselho Geral de Província, muitos conselheiros já tinham exercício em outros espaços de poder, conforme demonstramos no quadro 3. A Câmara da capital, como principal instituição política da província, teve como vereadores e procuradores, antes e após a independência, vários membros que assumiriam mais tarde mandatos no CGP.

O Conselho de Governo foi também outra esfera de atuação. De acordo com as atas de reunião e correspondência dos presidentes de província, a maioria dos membros do Conselho de Governo, em algum momento, também atuou no Conselho Geral de Província. Na primeira eleição, em 1824, dos seus seis membros, cinco deles, fizeram parte também do CGP, o que corresponde a 83%; em 1828, o percentual caiu para 66%, equivalendo a quatro dos seis membros do CG; em 1832 e 1833, o percentual volta ao patamar dos 83%.

Alguns conselheiros da província assumiram mandatos na esfera política nacional, como deputados gerais. Na sessão preparatória de 1º de maio de 1826, para reabertura da Assembleia Geral, estavam presentes os deputados pela Bahia e futuros Conselheiros: José Cardoso Pereira de Melo, Antonio Silva Teles, Antonio Augusto da Silva e José Ribeiro Soares da Rocha. Um ano depois, juntou-se a esses João Ricardo da Costa Dormund. Em 1832, participaram como Deputados da Assembleia Geral, José Honorato de Barros Paim e Antonio Rebouças.

Além dos cargos eletivos, três dos conselheiros assumiram o maior cargo no executivo provincial. Em 20 de dezembro de 1830, João Ricardo da Costa Dormund foi nomeado para a presidência da província do Ceará. Na Bahia, assumiram a presidência Honorato José de Barros Paim e Joaquim José Pereira de Vasconcelos. O primeiro, também eleito deputado para a legislatura de 1831-34, assumiu a presidência no período de 23 de junho de 1831 a 28 de janeiro de 1832. E Joaquim José Pereira de Vasconcelos, ao longo de seus 96 anos de idade, assumiu a presidência da província três vezes. No período que corresponde a essa pesquisa, governou a Bahia de 4 de junho de 1832 a 10 de dezembro de 1834.

CONSELHEIRO	Câmara Munic. De Salvador	Outras Câmaras	Junta De Gov. 1823	Conselho Interino de Gov.	CG	Assembl. Geral	PP	Vice-Presid.
Antonio Augusto da Silva	x		x		x	x		
Antonio Calmon Du Pin de Almeida								
Antonio Pacheco de Almeida Ceslau								
Antonio Pereira Rebouças					x	x		

Antonio Policarpo Cabral									
Antonio da Silva Teles					x	x			
Antonio Teixeira de Freitas Barbosa									
Antonio Vaz de Carvalho	x				x				
Bento de Araújo Vilas Boas									
Cristovão Pessoa da Silva	x								
Felipe Manuel de Castro									
Francisco Antonio de Souza Uzel	x								
Francisco Elesbão Pires de Carvalho e Albuquerque	x		x	x	x				
Francisco José Lisboa	x								
Francisco Marcelino Gesteira									
Francisco Ribeiro Pessoa	x								
Francisco de Paula Araujo e Almeida									
Honorato José de Barros Paim	x					x	x		
Inocência Jose de Castro	x								
Inocência José Galvão									
Joaquim Carneiro de Campos	x								
Joaquim Inácio da Silva Pereira									
Joaquim Inácio Siqueira Bulcão	x		x						
Joaquim José Pinheiro Vasconcelos			x				x		
João Carneiro da Silva Rego									
João Duarte da Silva Uzel (Pe.)	x								

	Câmara Munic. De Salvador	Outras Câmaras	Junta De Gov. 1823	Conselho Interino de Gov.	CG	Assembl. Geral	PP	Vice-Presid.
CONSELHEIRO								
João Francisco de Oliveira e Almeida								
João Gonçalves Cezimbra					x			x
João Ladislau de Figueiredo e Melo					x			
João Quirino Gomes								

João Ricardo da Costa Dormund						x	X ? Ceará	
José de Barros Reis	x							
José Cardoso Pereira de Melo (Pe.)					x	x		
José Joaquim Moniz Barreto de Aragão e Menezes								
José Maria Brayner (Pe.)								
José Ribeiro Soares da Rocha (Pe)						x		
José Rodrigues de Figueredo	x							
Lázaro Manuel Muniz de Medeiros								
Lourenço da Silva Magalhães Cardoso (Pe)								
Luis dos Santos Lima		x			x			x
Manuel Gonçalves Maia Bitencourt			x	x				
Manuel José Gonçalves Pereira (Pe)					x			
Pedro Ferreira Bandeira		x			x			
Simão Gomes Ferreira Veloso				x				
Vicente Ferreira de Oliveira (Pe)					x			

Quadro 3 - Distribuição dos Conselheiros provinciais por instituições políticas

Fontes: Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, Série Justiça. IJ¹ – 1077 Ofícios de Presidentes de Província. 1829-1830. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, Série Justiça *IJ¹ 705 Ofícios dos Presidentes da Bahia ao Ministério da Justiça, 1823-1825; Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, Série Interior *IJJ9- 335- Correspondência do Presidente da Província, v. 20, 1830. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, Série Interior – Negócios da Província e do Estado. *IJJ9-549 Correspondência de Presidente da Província. 1823-1824. p.61; Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, Série Interior Negócios de Província e Estado. *IJJ9- 334, v 19, 1829-1830. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, Atas do Conselho de Governo da Província da Bahia. *Anais do Museu da Bahia*. Bahia, Imprensa Oficial do Estado, v. XVI, 1929. p.48-49; Arquivo Nacional do Rio de Janeiro Série Interior- Negócios Políticos, IJJ⁴ - 24, Ministério do Império- Câmara dos Deputados- Ofícios, 1826-1829. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro Série Interior *IJJ⁴-7 Negócios Políticos- Ministério do Império, Assembleia, Registro de correspondência a diversos. 1824-1829. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, Série Interior IJJ⁴-1 registro de Avisos do Ministério do Império e Câmara dos Deputados, 1830-1831; TAVARES, Luís Henrique Dias. *Independência do Brasil na Bahia*. Salvador: Edufba, 2005. *As Câmaras Municipais e a Independência*. Conselho Federal de Cultura/ Arquivo Nacional. 1973, v.1, p.149; *Almanach civil, político e comercial da cidade da Bahia para o ano de 1845*. Municipalidade, p.336. Salvador, 1998, edição fac-similar; RUY, Affonso. *Relação dos que foram eleitos ou nomeados para a administração municipal do século XIX ao XX*. IN: Revista do Instituto Genealógico da Bahia, Ano 5, n° 5, p.57-70, (sem data) .

De acordo com a trajetória política dos conselheiros provinciais podemos observar que suas experiências foram se ampliando, na medida em que o Estado organizou suas instâncias de poder, necessitando da participação daqueles que comungavam com seu projeto político de unidade e centralização política. Ter alcance nacional implicou em criar espaços de representação que permitissem a participação das elites provinciais nas decisões políticas.

3 | CONCLUSÃO

Os membros do Conselho Geral da Província da Bahia estiveram juntos em momentos políticos cruciais para a província. Participaram ativamente da guerra de independência na Bahia e permaneceram na cena política após a expulsão das tropas portuguesas. A Junta de Governo, nomeada pelo Imperador para governar a Bahia, era composta por seis membros, dentre os quais, cinco futuros membros do Conselho Geral de Província. Foram eles: Francisco Elesbão Pires de Carvalho e Albuquerque, Joaquim José Pinheiro de Vasconcelos, Joaquim Ignácio Siqueira Bulcão, Antonio Augusto da Silva, e Manoel Gonçalves Maia Bitencourt.

Portanto, quando o projeto de Constituição e mais tarde a própria Constituição outorgada recebeu o apoio da elite baiana, ela vislumbrou, no estabelecimento dos Conselhos Provinciais, a possibilidade de participação política que lhe cabia naquele momento. O CGP, pela composição numérica e relativa independência, reuniu um grupo de homens bem formados intelectual e socialmente privilegiados que se não assumiu integralmente o poder, dele participou, através de suas intervenções junto às autoridades e instituições constituídas na província e no país. No desempenho de suas atividades, os conselheiros tomaram a seu encargo discutir e propor várias medidas sobre assuntos que interessavam a província como um todo. Assumiram a responsabilidade atribuída pela lei de 15 de outubro de 1827, de propor o estabelecimento de escolas e também cuidaram da segurança, ocupando-se das condições das cadeias e, sobretudo, da movimentação dos escravos, assunto este discutido em várias sessões e que resultou na elaboração de lei sancionada pelo governo central.

Através do CGP, seus membros foram, paulatinamente, ampliando sua experiência legislativa e se assenhorando dos “negócios de seus interesses”, em uma esfera de poder nova, que começava a se construir e se fortaleceu quando foi substituído pela Assembleia Provincial, que garantiria às províncias a prerrogativa de decidir o que melhor lhe conviesse.

REFERÊNCIAS

BURKE, Peter. *Veneza e Amsterdã: um estudo das elites do século XVII*. São Paulo: Brasiliense, 1991.

CARVALHO, José Murilo. *A construção da ordem: a elite política imperial*. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

CASTRO, Renato Berbert de. *Conselho Geral da Província da Bahia 1824-1834*. Salvador: Assembleia Legislativa, 1984.p.21-31;

JACOBINA, Ronaldo Ribeiro. *Memória histórica do bicentenário da Faculdade de Medicina da Bahia* (2008). Salvador: Faculdade de Medicina da Bahia, 2013, v. III;

MORAIS, Francisco de. *Estudantes Brasileiros na Universidade de Coimbra (1772-1872)* IN: Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, vol. 62, 1940.

OLIVEIRA, Eduardo Sá de. *Memória histórica da Faculdade de Medicina da Bahia, concernente ao ano de 1942*. Salvador: Centro Editorial e didático da UFBA, 1992.

OLIVEIRA, Nora de Cassia Gomes de Oliveira. *O Conselho Geral de Província: espaço de experiência política na Bahia 1824-1834*. Tese (Doutorado em História) Universidade Federal Fluminense, 2017.

SCHWARTZ, Stuart B. *Burocracia e sociedade no Brasil colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SILVA, Cândido da Costa e. *Os segadores e a Messe: o clero oitocentista na Bahia*. Salvador: SCT, EDUFBA, 2000.

SOUSA, Avanete Pereira. *Poder Político Local e Vida Cotidiana: A Câmara Municipal da Cidade de Salvador no Século XVIII*. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2013.

STONE, Lawrence. Prosopografia. In: Revista de Sociologia e Política. Curitiba. v. 19, p. 115-137, junho 2011.

TAVARES, Luís Henrique Dias. *Independência do Brasil na Bahia*. Salvador: Edufba, 2005.

TEIXEIRA, Rodolfo. *Memória histórica da Faculdade de Medicina do Terreiro de Jesus (1943-1995)*. Salvador: Edufba, 2001. (anexos);.

URICOECHEA, Fernando *O Minotauro Imperial*. Rio de Janeiro: Difel, 1978.

SOBRE AS ORGANIZADORAS

Denise Pereira - Mestre em Ciências Sociais Aplicadas, Especialista em História, Arte e Cultura, Bacharel em História, pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Cursando Pós-Graduação Tecnologias Educacionais, Gestão da Comunicação e do Conhecimento. Atualmente Professora/Tutora Ensino a Distância da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) e professora nas Faculdade Integradas dos Campos Gerais (CESCAGE) e Coordenadora de Pós-Graduação

Elizabeth Johansen - Licenciada em História, pela Universidade Estadual de Ponta Grossa, especialista em História e Região, pela Universidade Estadual de Ponta Grossa, mestre em História, pela Universidade Federal do Paraná e doutora em Geografia, pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Professora adjunta do Departamento de História da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Aracaju 8, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 381

Arquitetura 5, 120, 121, 122, 123, 125, 126, 129, 130, 131, 134, 135, 253, 369, 370, 371, 372

Arte 5, 7, 58, 59, 72, 73, 77, 106, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 117, 118, 119, 120, 169, 178, 216, 241, 252, 396, 398

C

Capuchinhos 97, 100, 102

Centro cultural castrolanda 7, 132, 135

Colégio imaculada conceição 6, 89, 93

Cultura 1, 10, 12, 13, 14, 18, 25, 26, 42, 43, 45, 46, 48, 49, 50, 51, 55, 56, 57, 58, 60, 65, 72, 73, 75, 76, 77, 78, 80, 82, 83, 84, 87, 94, 102, 107, 110, 114, 117, 118, 120, 121, 123, 124, 128, 129, 130, 134, 136, 149, 150, 151, 152, 155, 156, 178, 184, 186, 200, 215, 217, 230, 231, 263, 265, 320, 321, 323, 324, 327, 332, 333, 358, 361, 368, 375, 380, 386, 396, 397, 398, 399, 401

D

Discurso 10, 13, 14, 30, 39, 40, 59, 98, 100, 106, 115, 137, 141, 170, 175, 180, 181, 185, 189, 190, 191, 192, 197, 198, 232, 255, 258, 284, 327, 328, 329, 330, 335, 338, 339, 343, 345, 346, 386, 388, 389

Documento 31, 69, 96, 138, 140, 157, 158, 159, 160, 161, 168, 169, 172, 176, 187, 190, 192, 293, 297, 300, 344, 358, 369

E

Educação 1, 8, 9, 11, 12, 14, 48, 49, 51, 54, 56, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 98, 99, 100, 106, 107, 108, 132, 134, 137, 151, 153, 200, 203, 228, 279, 281, 307, 312, 319, 320, 321, 322, 323, 324, 325, 326, 335, 343, 345, 358, 364, 368, 386, 393, 399, 401, 402

Ensino de história 50, 51, 55, 401, 402

Escravidão 2, 4, 27, 28, 29, 30, 32, 33, 35, 36, 51, 221, 223, 226, 227, 327, 382

Estudos organizacionais 1, 2, 3, 6, 11

Eurocentrismo 1, 2, 5, 12

F

Feira de santana 8, 211

Filosofia-teológica 97

Fotografias médicas 157

Foucault 5, 175, 178, 180, 181, 185, 186, 187, 189, 194, 198, 326, 327, 328, 329, 330, 331, 332, 335

Fronteiras 2, 10, 15, 16, 17, 18, 19, 21, 22, 23, 24, 25, 33, 36, 58, 94, 108, 109, 110,

116, 117, 118, 120, 197, 221, 254, 255, 256, 257, 259, 270, 278, 321

G

Giro decolonial 5

H

História 1, 3, 4, 15, 16, 19, 20, 24, 25, 26, 27, 28, 35, 37, 38, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 65, 67, 68, 70, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 84, 86, 87, 88, 89, 90, 96, 97, 98, 102, 103, 104, 106, 107, 108, 110, 118, 120, 121, 124, 125, 126, 129, 130, 132, 134, 135, 138, 142, 143, 144, 145, 149, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 160, 168, 171, 175, 176, 178, 179, 180, 181, 182, 184, 185, 186, 187, 190, 197, 198, 201, 203, 206, 210, 211, 221, 226, 227, 229, 230, 233, 237, 239, 241, 243, 244, 245, 246, 252, 253, 254, 263, 265, 267, 274, 280, 286, 289, 291, 306, 307, 313, 317, 320, 321, 324, 326, 328, 335, 336, 337, 338, 339, 340, 342, 345, 346, 347, 348, 349, 352, 363, 374, 375, 381, 382, 383, 384, 393, 394, 395, 397, 398, 399, 400, 401, 402

História da violência 180, 181, 198, 335

I

Infanticídio 7, 170, 171, 174, 175, 176, 177, 178, 183, 191, 322, 324

Intertextualidade 15, 167

Intervenção 3, 32, 120, 122, 124, 126, 128, 129, 130, 262, 267, 269, 297

L

Literatura 5, 6, 13, 14, 15, 16, 21, 55, 58, 72, 77, 81, 82, 115, 231, 238, 320, 338, 395

M

Manuais de ensino 7, 97, 98, 105

Memória 6, 16, 21, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 65, 66, 67, 68, 72, 73, 76, 86, 120, 123, 129, 132, 134, 135, 136, 138, 139, 140, 143, 144, 145, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 176, 177, 183, 198, 199, 215, 216, 219, 241, 245, 246, 253, 274, 314, 326, 327, 335, 354, 362, 363, 395, 397, 398, 401

Moda 7, 82, 108, 109, 110, 111, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 395

Modernização 8, 99, 125, 201, 211, 213, 215, 216, 217, 288, 293, 297, 298, 307, 312, 316, 381, 387, 391, 392

Montes claros 6, 89, 92

Museologia 5, 132, 138, 143, 145, 153, 155, 156, 157, 397

Museu 7, 10, 128, 130, 132, 135, 136, 137, 138, 139, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 150, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 310, 361, 393, 395, 396, 397, 398, 399, 400, 401, 402

N

Narrativa 7, 15, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 49, 86, 87, 100, 103, 104, 106, 109,

110, 134, 135, 141, 143, 145, 152, 154, 155, 156, 173, 211, 212, 241, 242, 243, 245, 246, 248, 249, 252, 338

P

Passado 1, 17, 38, 39, 40, 44, 45, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 58, 60, 61, 65, 66, 72, 73, 74, 76, 77, 79, 80, 86, 87, 103, 107, 125, 129, 130, 134, 150, 151, 155, 156, 173, 178, 185, 216, 247, 248, 256, 258, 268, 270, 278, 295, 296, 341, 344, 345, 355, 369, 385, 397

Patrimônio 17, 23, 34, 120, 122, 123, 124, 125, 129, 130, 131, 132, 138, 144, 145, 152, 153, 200, 202, 383, 396, 397, 401

Pensamento 1, 3

Poder 1, 2, 3, 4, 6, 7, 11, 13, 14, 20, 28, 31, 40, 46, 49, 52, 53, 54, 61, 65, 68, 72, 79, 91, 93, 95, 98, 100, 102, 114, 124, 129, 146, 149, 151, 170, 171, 177, 178, 180, 182, 183, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 194, 196, 197, 198, 199, 213, 217, 231, 258, 260, 262, 266, 274, 279, 281, 283, 285, 287, 289, 297, 304, 305, 306, 311, 312, 313, 314, 316, 326, 327, 328, 329, 330, 331, 332, 333, 334, 335, 339, 347, 349, 350, 351, 357, 359, 361, 362, 363, 371, 373, 381, 386, 387, 399

R

Relações familiares 219, 224, 226, 257

Relações sociais 25, 27, 35, 75, 99, 177, 213, 217, 350

Riqueza 8, 7, 25, 59, 163, 176, 200, 201, 203, 206, 209, 281, 283, 328, 350

S

Século XIX 9, 203, 349

Sociabilidades 211, 215, 217, 370

Sociedade 2, 3, 8, 9, 10, 12, 13, 14, 18, 20, 25, 28, 32, 33, 35, 43, 45, 49, 59, 60, 61, 62, 65, 66, 71, 72, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 83, 86, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 99, 102, 106, 110, 115, 121, 125, 132, 138, 156, 167, 171, 172, 174, 175, 176, 177, 178, 180, 181, 183, 184, 185, 187, 188, 189, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 200, 201, 202, 212, 213, 216, 219, 222, 235, 236, 239, 245, 280, 289, 292, 293, 294, 296, 297, 298, 299, 300, 303, 304, 306, 312, 313, 321, 324, 326, 327, 328, 329, 330, 331, 332, 333, 334, 335, 344, 346, 347, 349, 350, 353, 363, 366, 367, 370, 371, 377, 378, 383, 392, 393, 397, 399, 400

Sujeitos 7, 9, 11, 47, 48, 50, 51, 52, 54, 55, 59, 156, 170, 171, 175, 177, 180, 183, 185, 186, 187, 188, 197, 212, 214, 226, 229, 256, 257, 291, 302, 306, 312, 313, 321, 322, 339, 350, 351, 397, 401

T

Tráfico de escravos 51, 219, 220, 222, 223, 226

V

Verdade 7, 10, 24, 32, 45, 49, 51, 53, 55, 58, 59, 65, 67, 70, 73, 102, 105, 111, 158, 170, 171, 172, 173, 175, 176, 178, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 189, 190,

191, 192, 193, 195, 196, 197, 198, 241, 244, 245, 252, 258, 298, 315, 327, 328, 332,
333, 335, 339, 371, 377, 388, 391

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-650-8

